



Terra arrasada: a apropriação pelo capital do trabalho dos seres vivos

Alexsandro Arbarotti¹
Tainá Reis²

Resumo: Em consonância com parte do debate estabelecido pela Sociologia Rural e pela Sociologia Ambiental - difundido, também, nos dez anos da Revista *Áskesis* -, objetivamos neste ensaio tratar sobre a exploração do ser humano e da natureza no processo de produção capitalista da mercadoria agrícola. O capitalismo, como organizador do tecido da vida, carrega uma lógica necropolítica, na qual estão envolvidos os habitantes do planeta, os seres vivos e os “não vivos”, isto é, no processo de produção de valor há uma mistura entre atividades humanas, extra-humana (máquinas e softwares) e da natureza. Desse modo, é preciso integrar a dimensão ecológica na compreensão das desigualdades sociais. A apropriação e exploração não é só do trabalho humano, mas também do trabalho da natureza.

Palavras-chave: Necropolítica. Capitalismo. Metabolismo singular. Sociologia Rural. Sociologia Ambiental.

Scorched earth: how capital appropriates the labour of living beings

Abstract: In line with part of the debate established by Rural Sociology and Environmental Sociology - also disseminated in the ten years of *Áskesis Magazine* -, we aim in this essay to deal with the exploitation of human beings and nature in the process of capitalist production of agricultural goods. Capitalism, as the organizer of the fabric of life, carries a necropolitical logic, in which the inhabitants of the planet, living beings and the “non-living” are involved, that is, in the process of value production there is a mixture between human activities, extra-human (machines and software) and nature. Thus, it is necessary to integrate the ecological dimension in the understanding of social inequalities. Appropriation and exploitation are not only of human work, but also of nature's work.

Keywords: Necropolitics. Capitalismo. Singular metabolism. Rural Sociology. Environmental Sociology.

¹ Doutor em Sociologia. LEESU, Ecole des Ponts ParisTech, Universidade Paris Est Créteil, França. Orcid: 0000-0002-9318-3322. Email: arbarotti@gmail.com.

² Doutora em Sociologia. Universidade Federal da Bahia. Salvador. Bahia. Orcid: 0000-0003-4901-0448. E-mail: tainareisz@gmail.com.



1. Introdução

Muito se fala atualmente sobre estarmos vivendo uma crise ecológica sem precedentes. Entretanto, um olhar mais crítico às relações sociais e econômicas mostram que a verdadeira crise é a do capitalismo e do seu modo de produção. Trazer o capitalismo para o centro da crise tem como objetivo buscar superar o dualismo historicamente estabelecido entre Humanos/Natureza e, assim, compreendê-lo como um evento coproduzido pelos seres humanos e pela natureza, visto que o capitalismo é uma maneira de organizar a natureza (MOORE, 2015).

Nessa via está a produção de parte da Sociologia Rural e da Sociologia Ambiental, propondo um olhar crítico sobre essa crise, observando-a não de forma isolada, mas integrada aos processos econômicos, políticos e sociais. A Revista *Áskesis* tem sido desde sua fundação um importante espaço de divulgação científica de tais áreas, possibilitando a difusão deste debate. As publicações da revista encontram sintonia com as produções dos grupos de pesquisa do programa de pós-graduação ao qual ela está vinculada³; no debate rural e ambiental, com o grupo TRAMA - Terra, Trabalho, Memória e Migração e RURAS - Ruralidades, Ambiente e Sociedade⁴.

O presente ensaio se ancora nas discussões propostas por tais grupos e tem, em consonância, como pano de fundo a literatura de Karl Marx, Enrique Leff, Achille Mbembe, Walter Benjamin, Judith Butler, entre outros. O objetivo deste ensaio é tratar dos estudos sobre o rural tocando nos dois pontos principais que, a nosso ver, guiaram essa área de estudos nos últimos anos: a exploração do ser humano e da natureza no processo de produção da mercadoria agrícola dentro do modelo econômico capitalista. Como diz Mbembe (2020), o capitalismo pode ser visto como um regime *termopolítico*, no qual corpos racializados e natureza são carbonizados, sugados, explorados e usados para a produção do capital.

Assim, observamos que a cada momento do processo de produção de valor e acumulação do capital existe uma mistura da atividade humana, extra-humana (máquinas e *softwares*) e da natureza. A acumulação no capitalismo é centrada pela exploração em grande escala da força de trabalho e da apropriação do trabalho não pago ou mal pago dos seres-humanos e da natureza. Nesse sentido, é necessário integrar o capitalismo dentro da natureza, e a natureza dentro do capitalismo, pois o capitalismo é antes de tudo um sistema baseado na natureza. Deste modo, a crise do capitalismo se revela uma vez que as oportunidades de apropriação do trabalho gratuito ou mal pago dos seres humanos, das florestas, dos oceanos, do clima e do solo

³ Programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar).

⁴ Coordenados, respectivamente, pela Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva e pelo Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins.



estão se reduzindo drasticamente (MOORE, 2015).

Portanto, olhar os seres humanos dentro do tecido da vida, o que foi definido por Moore (2015) como *metabolismo singular*, proporciona o estabelecimento de ligações entre as lutas empreendidas pelos movimentos sociais, ecológicos e de defesa dos direitos de todos os seres vivos que habitam o planeta⁵. A integração da dimensão ecológica na compreensão da crise econômica e das desigualdades sociais (classe, raça, gênero) a partir da análise de como o capitalismo organiza o tecido de vida permite, desde modo, articular problemas que eram vistos como distantes.

Partindo desses pressupostos que consideram os seres humanos como parte da natureza, o conceito de antropoceno perde sua força analítica⁶. Isto porque esse termo toma a sociedade como um todo unificado e, por consequência, remete a toda a sociedade a responsabilidade dos problemas que emanam do capitalismo. Visto que os seres humanos não são todos iguais face às mudanças climáticas, esse conceito revela seu lado egocêntrico e etnocêntrico. Afastando-nos deste conceito, propomos seguir uma retomada das discussões sobre natureza e capitalismo compreendendo este último como o cerne das questões ambientais e agrárias contemporâneas.

2. A natureza no capitalismo

Antes de tudo, é importante dizer que a economia capitalista vê a natureza como um recurso, ou seja, “natureza igual aos recursos naturais”. Esta ideia de uma divisão entre o reino da natureza e os seres humanos foi elaborada por Descartes (1973), segundo a qual somente os seres humanos tinham sentimentos e eram racionais. O resultado desta visão de natureza sem espírito no contexto de uma economia capitalista tem servido para justificar seu uso como meio de produção e para a satisfação das necessidades e desejos de alguns humanos.

E, como observa Mbembe (2006; 2017; 2020), o capital é uma força viva e criativa (quando se trata de expandir mercados e lucros) e um processo sangrento de destruição (quando se trata de explorar o planeta), destruindo

⁵ Moore (2015) entende *metabolismo singular* como uma realidade em que as pessoas são integradas no tecido da vida como um todo (*web of life*).

⁶ O termo Antropoceno foi proposto pela primeira vez pelo químico Paul Crutzen, juntamente com seu parceiro de pesquisa Eugene Stoermer, durante as discussões do encontro *International Geosphere-Biosphere Programme*. Em 2002 o termo foi formalizado no artigo “Geology of Mankind” (CRÜTZEN, 2002), com o sentido de uma era geológica caracterizada pela interferência da ação dos homens e mulheres no sistema Terra. Trata-se de um conceito que surgiu para marcar as características do tempo presente. Para esse autor, a era do Antropoceno inicia-se com a Revolução Industrial e é intensificada após a segunda guerra mundial. Entretanto, esse não é um consenso. Autores como Haraway (2020) e Moore (2015) criticam essa visão, pois ela remeteria os problemas vividos no capitalismo à espécie humana como um todo. Contudo, sabemos que parte da espécie humana é, na verdade, vítima da máquina do capital. Nós não somos todos iguais diante do antropoceno, por isso Haraway (2020) afirma que a melhor palavra para definir nosso tempo é “Capitaloceno”. Nós não entraremos nesse debate, mas concordamos que o termo antropoceno não é suficientemente preciso para descrever a complexidade da realidade social atual.



a vida das espécies. Isto é parte de uma lógica necropolítica, segundo o autor, no qual o poder social e a política decidem quem tem o direito de viver e quem deve morrer. Estão envolvidos nessa lógica necropolítica os humanos e não-humanos e os seres vivos e os seres “não-vivos”.

Assim, se pensarmos na produção agrícola na economia capitalista, é possível ver que a natureza é vista como um obstáculo que deve ser superado, como afirma Martins (2006, p.174): “[...] a transformação da matéria-prima em mercadorias [na agricultura] não é feita exclusivamente pelo trabalho humano, mas pela combinação de seu exercício com o ritmo biológico das forças naturais”. Ou seja, a agricultura tem um período de não-trabalho humano que é inerente à sua atividade. Portanto, os ritmos biológicos e os fatores climáticos (o trabalho da natureza⁷) são os que operam o processo de produção das “matérias primas” (LEFF, 2005; 2010).

Entretanto, para superar este limite e cumprir o papel de “comandante” da natureza, em meados do século XX houve um intenso movimento em direção à agricultura intensiva capitalista (puxado pelos países da Europa e dos Estados Unidos, seguido por outros países do Ocidente), que buscava desenvolver instrumentos tecnológicos para relativizar as “barreiras” naturais inerentes à produção de bens agrícolas. De fato, este processo ocorreu porque a agricultura, devido à sua natureza orgânica - que requer seu próprio tempo - foi um obstáculo e uma limitação à produção de valor e ao aumento da taxa de mais-valia. De tal forma que este cenário impediu a articulação de um sistema de produção unificado entre a agricultura e a indústria alimentícia (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1987).

Para Danowski e Viveiros de Castro (2014), esta intervenção humana direta e planejada nos ciclos da natureza é um dos elementos que marcam a era do que se convencionou chamar Antropoceno. Neste contexto, para dar seguimento a esta reflexão, é importante esclarecer o princípio do valor de troca dos bens na sociedade capitalista.

3. Teoria do valor e renda da terra: o trabalho da natureza na agricultura capitalista

Segundo Marx, o valor de troca de mercadorias é expresso pela representação de uma equação que iguala as quantidades de diferentes mercadorias para permitir a troca entre elas. Tomando o mesmo exemplo de Marx (2013), este é o processo no qual uma determinada quantidade de trigo é igualada por outra quantidade de ferro para permitir a troca entre eles. Esta equação revela a presença de um fator comum entre essas mercadorias, ou seja, os valores de uso que lhes dão utilidade como mercadoria, quando são

⁷ Quando falamos de trabalho da natureza, estamos generalizando o que sabemos que é um palco de uma grande diversidade de seres que habitam o solo e permitem o crescimento das plantas.



proporcionalmente igualadas, possibilitam a troca. E, renunciando o valor de uso das mercadorias, resta nelas apenas a propriedade de serem produtos do trabalho (MARX, 2013).

Contudo, não se trata de um trabalho qualquer. De fato, o trabalho nas sociedades capitalistas perde seu valor de uso, ou seja, as diferentes formas concretas deste trabalho não se distinguem mais umas das outras e acabam sendo reduzidas a um trabalho humano igual. Em outras palavras, o trabalho humano abstrato. Assim, os valores das mercadorias cristalizam em si mesmos a acumulação de trabalho humano, como explicado por Marx (2013, p.116):

Essas coisas representam apenas o fato de que em sua produção [a produção de mercadorias] foi despendida força de trabalho humana, foi acumulado trabalho humano. Como cristais dessa substância social que lhes é comum, elas são valores - valores de mercadorias.

Nesse sentido, o valor fundante ou a manifestação do valor da mercadoria é medido por meio da força de trabalho abstrato despendida para a sua produção. Assim, “[...] o elemento que se apresenta na relação de troca ou valor de troca das mercadorias, é, portanto, seu valor” (MARX, 2013, p. 116). Dessa forma, um valor de uso só possui valor por meio da quantidade de trabalho socialmente necessário para a sua produção.

Quando Marx (2013) refere-se ao trabalho socialmente necessário, ele introduz dois elementos para que as mercadorias possam ser igualadas por meio do trabalho: o grau social médio de destreza e a intensidade desse trabalho. Nesse sentido, o modo de organização social de uma sociedade, os meios de produção e o trabalho humano empregado é que determinam o valor de uma mercadoria. A mercadoria, que é a finalidade do trabalho, dessa maneira, é delimitada pelas necessidades imediatas e pelos desejos subjetivos demandados pela sociedade, mais o conhecimento técnico e das leis da natureza para produzi-la⁸.

Esta fórmula, portanto, deixa em aberto o valor da mercadoria, pois a força produtiva pode variar diante de algumas circunstâncias como aplicabilidade tecnológica, grau de desenvolvimento da ciência, eficácia dos meios de produção, destreza dos trabalhadores e condições naturais. Nesses termos, só podem configurar-se mercadorias os objetos que possuem objetividade de valor expressas em uma mesma unidade social, que são reconhecidas como úteis e, por conta disso, suportes de valor.

Essa análise, todavia, deixa uma lacuna quando aplicada aos processos produtivos não industriais. Isso porque na produção agrícola o valor teria que levar em consideração o trabalho socialmente necessário exercido pela

⁸ Segundo Marx (2013), a natureza dessas necessidades não altera a questão colocada, pois o que conta é a mercadoria que é produzida em sociedades onde reina o modo de produção capitalista em que as mercadorias são objetos externos que satisfazem as necessidades humanas de qualquer tipo.



natureza, pois, como visto, o valor na produção agrícola é resultado da combinação do trabalho humano com o ritmo biológico das forças naturais. Nesses termos, na formulação marxista, a natureza aparece somente como matéria prima ou como meio de produção, no que tange ao que Marx (1983) definiu como renda diferencial.

A renda da terra, para Marx (1983), surge com a racionalização da agricultura, que passou de algo empírico e tradicional para o emprego científico da Agronomia. Essa renda, retirada da terra por meio do trabalho, foi decomposta por Marx em três tipos, partindo do pressuposto de entrada no mercado de terras menos produtivas para a produção, devido ao aumento da demanda por produtos: *renda diferencial de tipo I*, que está ligada a recursos que podem viabilizar um rendimento superior ao preço agrícola médio vinculado a elementos naturais (localização e fertilidade do solo); *renda diferencial de tipo II*, que está ligada ao investimento de capital para a intensificação da produção; e *renda absoluta*, que está associada à propriedade privada da terra e ao modo de produção capitalista (MARX, 1983).

Assim, percebe-se que quando não é matéria prima, a natureza é vista como parte da chamada renda diferencial de tipo I, que compreende os elementos naturais de uma propriedade, ou seja, a fertilidade do solo e sua maior capacidade de produção de mercadorias. Não se considera que o processo de transformação exercido pela natureza é resultado do desgaste de energia exercido pela força de trabalho da natureza, no caso, os seres vivos que habitam o solo, para a produção de mercadorias. Como observou Leff (2005), a natureza não pode ser pensada apenas como um ente passivo no processo produtivo e na produção de valor e de mais-valia do capital, assim como considerava o materialismo histórico e os paradigmas clássicos e neoclássicos da economia que desprezavam o papel da natureza como parte das forças produtivas e de trabalho. Seguindo esse viés, Leff (2005, p. 137) afirma a necessidade de

[...] reconhecer a especificidade própria da natureza como portadora e suporte de um potencial produtivo e, portanto, de um potencial libertador que fortalece as forças produtivas e guia as forças sociais para a construção de uma racionalidade histórica, fundada em princípios de equidade e sustentabilidade.

Esses princípios de racionalidade e de equidade proporcionariam a possibilidade de reconhecer o trabalho desempenhado pela natureza e que é apropriado pelo capitalista sem nenhuma paga.

4. O tempo da natureza e o tempo do capitalismo

A crítica de Leff (2005) chama a atenção para o fato de que os capitalistas não reconhecem o tempo de espera da ação dos processos biológicos da



natureza (que conta com o trabalho de muitos seres vivos) como um tempo de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria. Destarte, assim como o trabalho doméstico (*care*) das mulheres contribuiu para a acumulação de capital sem nunca ser reconhecido como trabalho (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019; SILVA, 2015, REIS, 2020), o trabalho dos seres vivos no solo também é negligenciado neste processo. De fato, os capitalistas consideram o tempo de trabalho da natureza como não-laboral e, portanto, como um obstáculo e um atraso para o processo produtivo, para a extração de mais-valia e para a interconexão com a indústria.

O capitalista, desse modo, busca não só o aumento da mais-valia do trabalhador, mas também se empenha, sobremaneira, em buscar a relativização das “barreiras” naturais na agricultura, com o objetivo de aproximar ao máximo a prática agrícola da industrial. Para isso, o capitalista procura maximizar o controle dos processos naturais e assim aumentar a valorização do capital através de mais-valia relativa (com a implementação de implementações técnicas) e mais-valia absoluta (fazendo com que a natureza produza mais commodities em menos tempo de trabalho, especialmente com a aplicação de fertilizantes químicos) (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1987; MARTINS, 2006; LEFF 2010).

Como observa Leff (2005), é certo que as aplicações tecnológicas das ciências têm se convertido na maior força produtiva e, também, destrutiva do capital, e seus efeitos, no que tange aos processos naturais, estão baseados no modelo de produção de mais-valia. É sobre essas bases que

[...] desenharam-se complexos modelos de prospectiva tecnológica que planejam a produção e a aplicação de conhecimento científico-tecnológicos. Tudo isto implica a articulação prática de diferentes áreas da ciência e da técnica no processo econômico e no controle político dos agentes sociais, que permite a reprodução ampliada do capital (LEFF, 2010, p. 32).

É o que observa Benjamin (2012), fazendo uso das palavras de Paul Valéry, sobre um tempo em que a produção das pessoas imitava o procedimento lento e paciente da natureza, como o moldar de uma pérola, mas que fora substituída por produções aceleradas de uma indústria onde o tempo é o mais importante e as pessoas já não podem se sentir em harmonia com a natureza. E, justamente por isso, Valéry afirma, em tom de lamentação: “O homem de hoje não cultiva mais aquilo que não pode ser abreviado” (VALÉRY, 1960 *apud* BENJAMIN, 2012, p. 223).

Este distanciamento, segundo Starhawk (2015), em um mundo vazio, visa nos fazer pensar apenas no que pode ser medido, contado, adquirido... A natureza instrumentalizada para produzir alimentos, a terra como objeto, a ciência para o desenvolvimento, a democracia para os ricos.

Goodman *et al.* (1990) apresentam essa demanda de dominação também na agricultura capitalista, partindo do conceito de *apropriacionismo*, que é



a busca da indústria de apropriar-se de frações do processo de produção agrícola com objetivo de superar as restrições ambientais, de descontinuidade da ação do trabalho humano e a espera do processo biológico para a produção da mercadoria agrícola. Os avanços, nesse sentido, podem ser representados principalmente pela mecanização, utilização de insumos químicos e pelo uso de biotecnologias na manipulação genética de espécies que produzem mais em menor tempo (mais-valia relativa) (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1987).

Tomando o exemplo dos insumos químicos, com a disponibilidade de energia barata e do desenvolvimento do processo Haber-Bosch⁹, foi possível introduzir nitrogênio reativo no meio ambiente, de outra maneira que não através do cultivo de plantas de fixação de nitrogênio no solo. Como o nitrogênio é um dos principais fatores limitantes do crescimento das plantas, esse controle significou uma mudança de paradigma na produção agrícola, pois, a partir dos anos 1960, foi possível observar um aumento na produção agrícola juntamente com o uso do nitrogênio (ESCULIER, 2018).

Nesses termos, é possível observar que o *apropriacionismo* traz como mote a busca da superação da dependência da espera da transformação da matéria prima em mercadoria pela ação da natureza e de seus ritmos biológicos. Muitas interferências nos ciclos da natureza foram adquiridas nesse sentido, mas “[...] os processos biológicos subjacentes à produção rural continuaram a serem determinados fundamentalmente por condições ambientais com base na terra” (GOODMAN *et al.*, 1990, p. 8). Ou seja, os ritmos biológicos da produção agrícola e as descontinuidades entre tempo de trabalho e tempo de produção ainda permanecem como “barreiras” insuperáveis.

Nesse contexto, é possível entender o aumento vertiginoso do uso de fertilizantes minerais ou químicos. É importante destacar que a fertilização já era praticada na Europa desde o século XIX, entretanto, no começo do século XX houve uma intensificação do consumo. Os três principais minerais fertilizantes (nitrogênio, potássio e ácido fosfórico) apresentavam um consumo mundial em 1900 de 04 milhões de toneladas, valor que subiu para 17 milhões em 1950 e 130 milhões no final dos anos 1980. Tanto o uso de fertilizantes como de defensivos químicos como inseticidas, herbicidas e fungicidas (agrotóxicos) tiveram significativo aumento depois da Revolução Verde, a partir dos anos 1960 (OLIVEIRA; MALAGOLLI; DALTRO, 2019).

No Brasil, nos últimos anos temos observado um aumento vertiginoso no consumo de agrotóxicos e fertilizantes. O país é o maior consumidor de agrotóxicos mundial desde 2008, consequência do desenvolvimento do agronegócio (CARNEIRO *et al.*, 2015). Quase um terço do total de agrotóxicos usados no Brasil foi liberado a partir de 2019, ano em que se bateu o recorde

⁹ O processo de Haber-Bosch (por vezes designado simplesmente como processo de Haber) é um procedimento industrial de obtenção de amoníaco a partir de diazoto e di-hidrogénio no estado gasoso. O processo de obtenção por este método permitiu sintetizar quase a totalidade de amoníaco necessário para a produção de fertilizantes. Além disso, o fato de o amoníaco poder ser convertido em compostos úteis na síntese de explosivos (TNT e nitroglicerina, por exemplo) fez com que a sua exploração tivesse ainda mais sucesso ao longo da Primeira Guerra Mundial.



de consumo do país. Em 2020, com uma média de aprovação de 10 novos agrotóxicos por semana, quebrou-se o recorde do ano anterior. Destaca-se que 90% dessas aprovações ocorreram durante a pandemia de Covid-19.

O uso dessas substâncias tóxicas¹⁰, muitas já proibidas em diversos países, é sustentado pela ideologia do agronegócio, que propaga o discurso de desenvolvimento deste setor, escondendo a exploração do trabalho e do meio ambiente que ele representa (SILVA; VERÇOZA; BUENO, 2013).

Entendemos que tal ideologia está inserida no *apropriacionismo* e nessa busca por quebrar as “barreiras” inerentes à natureza. Efetivamente, a implementação de tecnologias mecânicas, intervenções químicas e mutações genéticas na agricultura e na natureza estão transformando a natureza e a produção de muitas maneiras, levando cada vez mais à monocultura, à extinção de diversas espécies e à contaminação do solo e da água. No entanto, o ciclo e o ritmo biológico ainda não podem ser superados totalmente, pois ainda precisamos esperar o trabalho dos seres vivos no solo.

5. A política da exploração

É de se destacar, ainda, a ação do Estado para a efetivação deste projeto de apropriação da natureza. Como diz Achille Mbembe (2017), a função dos poderes contemporâneos é, mais do que nunca, tornar possível a extração. No caso brasileiro, temos os debates sobre o Pacote do Veneno em tramitação no Congresso como uma expressão das tentativas de flexibilização do uso de agrotóxicos, ou, como entendemos, da necropolítica.

Em suma, como observou Leff (2005), a consolidação do modo de produção capitalista, baseado na acumulação, na reprodução ampliada e na utilização dos meios naturais é a principal causa da erosão dos solos, da perda de fertilidade das terras, da destruição dos ecossistemas e do esgotamento dos recursos naturais. De acordo com Stengers (2015), é sob o nome do “progresso” que este sistema insustentável foi posto em prática. Um sistema que destrói laços, “cerca tudo” (SILVA, VERÇOZA, REIS, 2019) e busca o máximo de lucro a partir da substituição do valor de uso pelo valor de troca. Stengers (2015) afirma, enfim, que dentro deste sistema a inteligência coletiva das multiplicidades dos usos acaba por ser destruída e a justificativa do direito de propriedade é transformado em um direito de abuso. Nestes termos, “O trabalho e o lucro tornam-se uma esfera autônoma, um fim em si mesmo, e a terra um mero recurso” (STENGERS, 2015 p.4).

A expansão desse sistema para uma escala planetária vem transferindo esses processos de degradação ambiental aos países historicamente explorados (pilhados) pelo colonialismo e pela guerra, como mostra Mbembe (2017).

¹⁰ Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em um ano, nos países pobres, os agrotóxicos causam 70 mil intoxicações agudas e crônicas, que podem evoluir para óbitos.



Isso evidencia os elementos não só econômicos, mas políticos e sociais dessa questão, ancorada em uma forma de organização para a morte.

A “civilização dos costumes” só foi possível, segundo Mbembe (2017), por causa das formas enriquecedoras das aventuras coloniais, baseadas no extrativismo e na constituição da desumanidade dos povos estrangeiros para dominá-los. Uma dominação que foi exercida não tanto por causa da cor de sua pele, mas, sobretudo, porque se comportaram como parte integrante da natureza e a viram como a mestre indiscutível, como observado por (STARHAWK, 2015).

Neste sentido, os “selvagens” eram seres humanos “naturais” e, portanto, “sub-humanos” para os europeus, que os massacraram sem ter consciência de cometer assassinato, já que estes “selvagens” não tinham o caráter especificamente humano¹¹. Assim, o colonialismo tinha uma nobre missão de levar a civilização a estes “bárbaros camponeses”. E se com esta sagrada missão se podia ganhar muito dinheiro, era apenas uma coincidência. Mbembe (2013) aponta que de todos os humanos, o negro é o único cuja carne foi feita uma mercadoria. Um fato que marcará profundamente a mente e a alma dos negros (FANON, 2015; QUIJANO, 2005).

Assim, neste contexto, para Mbembe (2017), a paz civil vivida nos países exploradores depende em grande parte da violência distante, dos incêndios, das atrocidades e das guerras de feudos e outros massacres nos quatro cantos do mundo. É importante ressaltar que esta necropolítica também é empregada no território dos países exploradores, através de um racismo de classe que toma as classes trabalhadoras e os povos sem Estado como selvagens do mundo colonial (MBEMBE 2006; 2017).

Segundo Starhawk (2015), a desvalorização dos seres humanos permite a formação de relações de poder nas quais eles são explorados, já que a humanidade é reservada para certas classes, raças e gêneros. É por isso que é possível observar nos países explorados a perpétua e diária negação da humanidade àqueles que são julgados como sendo os outros – pobres, lésbicas, gays, doentes mentais – em comparação com a cultura dos homens brancos da classe dominante (STARHAWK 2015; ARUZZA; BHATTACHARYA; FRASER 2019). Como observa Butler (2011; 2015), estes não são corpos que importam.

Nós mobilizamos deliberadamente esta dimensão da exploração, do racismo e do preconceito para com alguns seres humanos juntamente com a reflexão sobre o lugar da terra na produção agrícola porque, em nossa leitura, trata-se da mesma lógica: a destruição da natureza (seres não humanos) e de alguns seres humanos, que também são vistos como não humanos por esse sistema. Assim, fica flagrante que a racionalidade capitalista não reconhece

¹¹ É interessante notar que os povos indígenas afogaram os europeus para ver se eles se decompunham. Isto lhes permitiu saber se os homens brancos eram espíritos maus e não deuses (VIVEIROS DE CASTRO, 1996).



o papel da natureza (os seres vivos) e de certos grupos de seres humanos no processo de reprodução da vida. A riqueza e a produção agrícola neste modelo capitalista se beneficiam, por um lado, do trabalho de muitos seres vivos negligenciados e, por outro, da exploração do trabalho de alguns seres humanos que estão subempregados, pois como observa Tsing (2017), a precariedade é a condição do nosso tempo. O resultado desta conta é simples: 82% da riqueza produzida em 2018 foi para o 1% mais rico da população mundial (RAPPORT OXFAM, 2022).

Segundo Leff (2005, p.ix), este modelo produziu a mercantilização do ser e a superexploração da natureza, ou seja, “a perda do sentido da existência gerada pelo pensamento racional em sua negação da alteridade”.

6. Considerações finais

Esta ideologia de progresso e crescimento está agora diante dos limites dos bens naturais transformados em mercadoria e do massacre de vidas humanas e não humanas. Aqueles que produzem para garantir a vida não têm o direito de viver, pois o modelo agrícola capitalista é necropolítico. Diante desse cenário, Tsing (2017) explora em seu livro as possibilidades de vivermos nas ruínas do capitalismo.

Por isso, é importante iniciar um processo de ressignificação do mundo, que terá como objetivo a construção de outra racionalidade e a valorização do conhecimento que foi esquecido. Nas palavras de Leff (2005), é necessário promover a *fertilidade* da diferença e a *descolonização* do conhecimento, sobretudo através da valorização das práticas locais e da construção de novos atores políticos para a construção de novos territórios de vida.

Estes novos territórios de vida devem ser lidos como rotas de fuga para um mundo de possibilidades e novas práticas sociais e políticas, como mostra Fraser (1992) com a ideia de espaços “contra-públicos” e “subalternos”. A mudança de paradigma e de relações de poder deve abrir a possibilidade de pensar em outras formas de viver no mundo, de produzir, de comer e de construir um território. A reconstrução de lugares físicos, mas também e, sobretudo, a recriação ou redescoberta de valores elementares, como o amor, a criatividade e a beleza. No sentido proposto por Barrau (2019, p.73): “(...) não mais pensar em animais e plantas como recursos, mas como entidades em si mesmas, com as quais obviamente é possível interagir, mas fora da lógica reificadora que prevalece hoje”. Trata-se, portanto, de cultivar e valorizar uma emoção coletiva, alegre, erótica e libertadora. Uma emoção de modos alternativos de interação entre os seres, como diz Lecerf Maulpoix e Le Donné (2017).

Enfim, pensar sobre as crises sem perder a esperança, pois é possível ver nascer em meio a essa terra arrasada, iniciativas de construção de outros



modos de viver o/no mundo (TSING, 2017). São iniciativas criativas, em uma perspectiva de fabulação, como diz Haraway (2020). Segundo ela, vários movimentos estão colocando em obra esse outro modo de viver o mundo a partir da resistência, da revolta, da luta e do luto. Grupos que estão elaborando maneiras de viver bem e de morrer com dignidade. O mais importante, portanto, não é somente saber que precisamos de um outro mundo, e rápido, mas que este outro mundo é também possível (HARAWAY, 2020).

Referências bibliográficas

ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Féminisme pour les 99%**. Un Manifeste. Paris: La Découverte, 2019.

BARRAU, Aurélien. **Le plus grand défi de l'histoire de l'humanité..** Neuilly-sur-Seine: Michel Lafon, 2019.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 2012.

BUTLER, Judith. Corpos que importam [Tradução de Magda Guadalupe dos Santos e Sérgio Murilo Rodrigues]. **Sapere Aude**, v.6, n.11, p. 12-16. 2015.

_____. Vidas precárias. **Contemporânea** - Revista de Sociologia da UFSCar. v.1, n.1, p. 13-33, 2011.

CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. Segurança Alimentar e nutricional e saúde. Parte 1. In: Carneiro, Fernando Ferreira et al (Org.) **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CRUTZEN, Paul. Geology of Mankind. **Revista Nature**, v.415, n.23, 2002.

DANOWSKI, Déborah; CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2014.

DESCARTES, René. **Discurso do método.** São Paulo: Abril Cultural, 1973.

ESCULIER, Fabien. **Le système alimentation/excrétion des territoires urbains: régimes et transitions socio-écologiques.** Université Paris-Est, 2018.

FRANTZ, Fanon. **Peau noire, masques blancs.** Paris: Seuil, 1952.



FRASER, Nancy. **Repenser la sphère publique**: une contribution à la critique de la démocratie telle qu'elle existe réellement. Cambridge, MIT Press, 1992, p.109-142.

GOODMAN, David. SORJ, Bernard., WILKISON, Jhon. **Da lavoura às biotecnologias**: agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

HARAWAY, Donna J. **Vivre avec le trouble**. Paris: Mondes à faire, 2020.

LECERF MAULPOIX, Cy. LE DONNÉ, Margaux. 2017. Sensibilités climatiques entre mouvances écoféministes et queer. **Multitudes**, 2 (67): 8, 2017. <https://doi.org/10.3917/mult.067.0066>

MAULPOIX, Cy Lecerf; LE DONNÉ, Margaux. Sensibilités climatiques entre mouvances écoféministes et queer. **Multitudes**, n.67, 2017.

LEFF, Enrique. **Ecología y capital**: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable. Cidade do México: Siglo Veintiuno Editores, 2005.

_____. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINS, Rodrigo Constante. Modernização e relações de trabalho na agricultura Brasileira. **Revista Agrária**, n.4, p. 165-84, 2006.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política (livro I: o processo de produção do capital). São Paulo: Boitempo, 2013.

MBEMBE, Achille. Nécropolitique . **Raisons politiques** 1, v. 21, n.31, p.29-60, 2006.

_____. **Critique de la raison nègre**. Paris: La Découverte, 2013.

_____. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

_____. **Brutalismo**. Paris: La Découverte, 2020.

MOORE, Jason W. **Capitalisme in the web of life**. Verso: Londres, 2015.

OLIVEIRA, Maiara Prates, MALAGOLLI, Guilherme Augusto; CELLA, Daltro. Mercado de fertilizantes: dependência de importações no Brasil. **Interface Tecnológica**, v. 16, n. 1, p. 489-498, 2019.



OXAFAN. **Rapport OXFAN: Les inégalités Tuent**, Oxfan internacional, Janeiro 2022 https://www.oxfamfrance.org/wp-content/uploads/2022/01/Rapport_Oxfam_Inegalites_mondiales_Davos_170122.pdf

REIS, Tainá. Acostumar: o trabalho do tempo, cuidado e adoecimento no corte de cana. In: 44^o Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2020. **Anais...** [Online]. p. 1-18, 2020.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Melancolia e trabalho. In: NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel; BRAGA, Maria Alice; MATOS, Marlise (coords). **IV Fórum da Mulher do Jequitinhonha**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Pró-reitoria de Extensão. 2015.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de; REIS, Tainá. Cercamentos: Imagens dos camponeses na contemporaneidade do Brasil. **Eutopía - Revista de desarrollo económico territorial** n. 16, p. 31-50, dez./2019.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos; BUENO, Juliana Dourado. A imagem do etanol como “desenvolvimento sustentável” e a (nova) morfologia do trabalho. **Caderno CRH**, v.26, n.68, p. 253-271, maio/ago 2013.

STARHAWK. **Rêver l’obscur: Femmes, magie et politique**. Paris: Cambourakis, 2015

STENGERS, Isabelle. Le prix du progrès. Discussion avec Isabelle Stengers sur les sorcières néopaiennes et la science moderne. [Entrevista concedida a Mathieu Rivat e Aurélien Berlan]. **Jef Klak - Critique sociale et expériences littéraires**. 2015. Disponível em: <https://www.jefklak.org/le-prix-du-progres/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Le champignon de la fin du monde: Sur la possibilité de vivre dans les ruines du capitalisme**. Paris: La découverte, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo et al (org.) **A colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

VEGRO, Celso Luís Rodrigues. Mercado de fertilizantes: aumento das importações preocupa. Análises e indicadores do agronegócio. **Análise e**



indicadores do Agronegócio. v. 13, n. 4, abr/2018. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/AIA/AIA-16-2018.pdf>. Acesso em 03 jan. 2022.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio.** Revue Mana, 1996.

Como citar este ensaio:

ARBAROTTI, Alexsandro; REIS, Tainá. Terra arrasada: a apropriação pelo capital do trabalho dos seres vivos. **Áskesis**, São Carlos - SP, v. 11, n. Edição especial, p. 92-106, dezembro, 2022.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/11EE22.786>

Data de submissão do ensaio: 20/01/2022

Data da decisão editorial: 07/12/2022